

**CONTRATO COM EMPRESA "EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA" PARA AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA OS EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE LAGOA**

**VALOR DO ATO – 1 990 784,88€**

**CONTRATO N.º 205/2025**

Celebram o presente contrato, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas, os seguintes outorgantes: -----

**PRIMEIRO OUTORGANTE: -----**

**MUNICÍPIO DE LAGOA**, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, **LUÍS ANTÓNIO ALVES ENCARNÇÃO**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes para o ato que lhe são conferidos pelo disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime jurídico das Autarquias Locais. -----

**SEGUNDO OUTORGANTE: -----**

**EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA** com sede na Sede Social na Avenida 24 de Julho, n.º 12, no concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa - 1ª Secção e com o número único de pessoa coletiva 503 504 564 e o capital social de 64.500.005,00€, neste ato representada por António Rui Torres de Araújo, portador do cartão de cidadão n.º [REDACTED], na qualidade de procurador com poderes para o ato, com poderes para o ato conforme consta de procuração e certidão permanente apresentada. -----

Considerando que: -----

- A. O **MUNICÍPIO DE LAGOA** promoveu um procedimento por concurso público com publicação no Jove com a referência 2024/300.10.005/1376 para "**aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial para os edifícios e equipamentos pertencentes ao Município de Lagoa**"; -----
- B. O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por deliberação da Câmara Municipal de 12 de novembro de 2024; -----
- C. Os encargos resultantes deste contrato compreendem compromissos plurianuais autorizados pela deliberação da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2024 e reformulados por deliberação de 11 de junho de 2025; -----

- D. A despesa inerente ao contrato foi satisfeita pelas dotações orçamentais com as classificações 04/020201, 03/020201, 02/020201 e 0102/020201; -----
- E. A presente aquisição de serviços foi adjudicada em 17 de julho de 2025, assim como foi aprovada a minuta do contrato, ambos por decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e ratificados por deliberação de Câmara Municipal do dia 22 de julho de 2025; -----
- F. A entidade adjudicatária aprovou a minuta do Contrato em 7 de agosto de 2025; -----
- G. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foram emitidos os números sequenciais de compromisso 140182, 140183, 140184 e 140185. -----

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de aquisição de serviços, adiante somente designado por "Contrato", de acordo com as Cláusulas seguintes: -----

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

##### **(Objeto do Contrato)**

1. O presente Contrato tem por objeto a aquisição de serviços "AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA OS EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE LAGOA", nos termos melhor identificados nas peças do procedimento. -----
2. Para além do disposto no Contrato, a presente aquisição de serviços reger-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do presente contrato. -----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe. -----

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

##### **(Prazo de vigência)**

O prazo de execução da aquisição de serviços objeto do presente contrato é de 36 (trinta e seis) meses ou até ser atingido o valor contratual. -----

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

##### **(Preço contratual)**

1. O preço contratual é de **1 990 784,88€** (um milhão, novecentos e noventa mil, setecentos e oitenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), dos quais **1 986.680,88€** (um milhão, novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta euros e oitenta e oito cêntimos) acresce IVA à taxa de 6% e **4 104,00€** (quatro mil, cento e quatro euros) acresce IVA à taxa de 23%. -----
2. O preço contratual **1 990 784,88€** encontra-se repartido os seguintes termos: -----

- a) **No ano de 2025** – o valor de 221 198,32€ (duzentos e vinte e um mil, cento e noventa e oito euros e trinta e dois centimos), sendo o valor de 220 742,32€ (duzentos e vinte mil, setecentos e quarenta e dois euros e trinta e dois centimos) acrescido de IVA à taxa de 6% e o valor de 456,00€ (quatrocentos e cinquenta e seis euros) acrescido de IVA à taxa de 23%; ----
- b) **No ano de 2026** – o valor de 663 594,96€ (seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e quatro euros e noventa e seis centimos), sendo o valor de 662 226,96€ (seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e vinte e seis euros e noventa e seis centimos) acrescido de IVA à taxa de 6% e o valor de 1 368,00€ (mil, trezentos e sessenta e oito euros) acrescido de IVA à taxa de 23%; -----
- c) **No ano de 2027** – o valor de 663 594,96€ (seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e quatro euros e noventa e seis centimos), sendo o valor de 662 226,96€ (seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e vinte e seis euros e noventa e seis centimos) acrescido de IVA à taxa de 6% e o valor de 1 368,00€ (mil, trezentos e sessenta e oito euros) acrescido de IVA à taxa de 23%; -----
- d) **No ano de 2028** – o valor de 442 396,64€ (quatrocentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e seis euros e sessenta e quatro centimos), sendo o valor de 441 484,64€ (quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e sessenta e quatro centimos) acrescido de IVA à taxa de 6% e o valor de 912,00€ (novecentos e doze euros) acrescido de IVA à taxa de 23%. -----

2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente contrato ao contraente público. -----

#### CLÁUSULA QUARTA

##### (Obrigações Principais)

- 1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e respetivos anexos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais: -----
  - a) O fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos e legislação e regulamentação aplicáveis; -----
  - b) A garantia de fornecimento de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis; -----
  - c) Cumprimento das obrigações decorrentes do acesso às redes da entidade adjudicante, designadamente pelo pagamento aos operadores das redes a que as instalações da entidade adjudicante se encontrar ligada; -----
  - d) Nomear um Gestor de Contrato que fará a ligação com o Gestor de Contrato nomeado pela entidade adjudicante, no que concerne às questões referentes à execução global do Contrato;

- e) Comunicar à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de energia elétrica nos respetivos pontos de entrega bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações; -----
  - f) Não alterar as condições do fornecimento fora dos casos previstos no Caderno de Encargos; --
  - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se processa o fornecimento de eletricidade, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante; -----
  - h) Disponibilizar acesso a sítio da internet para consulta do detalhe das últimas 12 faturas de cada instalação da entidade adjudicante; -----
  - i) Disponibilizar acesso a sítio da internet que permita a efetuar a consulta dos dados de consumo, a visualização de perfil do consumo dos últimos 12 meses, a visualização do perfil de carga semanal e diário, a visualização gráfica dos consumos agregados por período horário e a exportação dos dados de consumo e faturação no formato.xls; -----
  - j) Possibilitar a agregação dos pontos de consumo em até 20 faturas distintas, para criação de grupos de faturação ajustados ao centro de custos da entidade adjudicante; -----
  - k) Faturação de energia elétrica efetuada de acordo com as opções tarifárias e os ciclos horários indicados no Anexo I (Caracterização dos Locais de Consumo) do Caderno de Encargos. -----
2. O adjudicatário deve possuir as apólices de responsabilidade civil profissional legalmente exigidas. -----

#### CLÁUSULA QUINTA

##### (Caução)

A adjudicatária prestou caução no valor de 99 539,24 € (noventa e nove mil, quinhentos e trinta e nove euros e vinte e quatro centimos) através de Seguro de Caução n.º [REDACTED] com Apólice [REDACTED], emitida em 4 de agosto de 2025, pela FIDELIDADE – Companhia de Seguros, S.A., correspondente a 5% do valor do contrato. -----

#### CLÁUSULA SEXTA

##### (Condições de pagamento)

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----
2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para o email contabilidade@cm-lagoa.pt. -----
3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato. -----

4. As faturas apresentadas pela execução da aquisição de serviços, objeto deste Contrato, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico. -----

5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o Contrato ou o Caderno de Encargos. -----

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **(Revisão de preços)**

O preço da aquisição de serviços é fixo e não sujeito a revisão de preços. -----

#### **CLÁUSULA OITAVA**

##### **(Cessão da posição contratual e Subcontratação)**

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **(Sanções contratuais)**

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos. -----

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

##### **(Alterações ao contrato)**

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas. -----

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

##### **(Deveres de informação)**

Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste contrato, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé. -----

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

##### **(Dever de Sigilo)**

1. O adjudicatário, incluindo seus trabalhadores, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo. ----
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

##### **(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.<sup>o</sup>-A do CCP, foi nomeado como gestor do contrato  
[REDACTED] tendo como função o  
acompanhamento da sua execução. -----

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

##### **(Comunicações e notificações)**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

##### **(Legislação Aplicável e Foro competente)**

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes. -----
2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

1. Certidão comprovativa de regularidade tributária emitida pela Autoridade Tributária; -----
2. Certidão comprovativa de regularidade contributiva emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP; ---
3. Certificados de Registos Criminais da empresa e representante legal; -----
4. Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
5. Certidão permanente do registo comercial; -----
6. Registo Central de Beneficiário Efetivo; -----
7. Plano de Prevenção de Corrupção e de Infrações Conexas. -----

E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado digital qualificada por ambos os outorgantes e pelo oficial público que o elaborou, nos termos e para efeitos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura. ----

Fazem parte do contrato: o caderno de encargos, a proposta e a declaração de aceitação do Código de ética do Município. -----

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Assinado por: **LUÍS ANTÓNIO ALVES DA ENCARNÇÃO**

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2025.08.08 10:13:23+01'00'

Certificado por: **Diário da República**

Atributos certificados: **Presidente - Município de Lagoa (Algarve)**



**CARTÃO DE CIDADÃO**



